



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 226ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Rua Esteves Junior, 160, 8º andar. 88015-130 – Florianópolis.

**DATA:** 21 de fevereiro de 2019

**HORÁRIO:** 13h

**Presentes à Reunião**

**Secretaria de Estado da Saúde:**

Helton de Souza Zeferino, André Motta Ribeiro, Ramon Tartari, Vanderlei Vanderlino Vidal, Daniel Yared Forte, Raquel Ribeiro Bittencourt, Carmem Regina Delziovo, Hanna Karine Barcelos, Alba Santos, Claudia Gonsalves, Grace Ella Berenhauser.

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:**

Sidnei Bellé (Caibi); Alexandre Lencina Fagundes (Cunha Porã); Kamile Sartori Bela (Capinzal); Maristela Bisognin (Chapecó); Jean Rodrigues da Silva (Joinville); Daisson José Trevisol (Tubarão); Diogo Copetti (Maracajá); Idione Fantinel (Fraiburgo).

**APROVAÇÃO DA ATA**

A Ata da CIB 225ª de 28 de novembro de 2018 foi aprovada.

**DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A 226ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h30min com a presença dos Membros acima descritos, sob a coordenação do Coordenador da CIB/SES Helton de Souza Zeferino. Incluídos na Pauta: habilitações de Lindóia do Sul, Blumenau e Plano de Metas 2019-2020 de Transplantes.

**1 DELIBERAÇÕES**

**2 A) CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS 2019**

3 **A CIB APROVOU** a realização da Campanha de Cirurgias Eletivas, a  
4 desenvolver-se no Estado de Santa Catarina, conforme detalhamentos nesta  
5 Deliberação e procedimentos em seu anexo. O Secretário de Estado da Saúde  
6 e Coordenador da CIB/SES, Helton José Zeferino, informa que o Ministério da  
7 Saúde está financiando esta Campanha com R\$ 5.000.000,00, de janeiro a  
8 julho de 2019 (Pt. MS 195/2019). E o Estado de Santa Catarina, também  
9 financiará esta Campanha com recurso estadual, no valor de R\$  
10 2.500.000,00/mês de janeiro a julho de 2019, para a Campanha de Cirurgias  
11 Eletivas. Resumindo, o MS financiará a Campanha com o valor de R\$  
12 5.000.000,00, parcela única e, o Estado financiará com o valor de R\$  
13 2.500.000,00/mês. Os procedimentos elencados para esta Campanha estão  
14 no anexo desta Deliberação. Carmem Delziovo, Superintendente de



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

15 Planejamento e Gestão da SES, cita o valor do prêmio pago às cirurgias  
16 eletivas e a importância da diferenciação no prêmio da ortopedia de média  
17 complexidade, em função das filas. Solicita que avaliem esta Campanha para  
18 que na próxima, possam ou não ser utilizadas as mesmas diretrizes desta.  
19 Fábio de Souza, Assessor Técnico do Cosems, acredita que a exigência do  
20 alvará sanitário, citado na proposta de Deliberação, não deve estar atrelada a  
21 Campanha de Cirurgias Eletivas e, sim estar atrelada a contratualização. Com  
22 relação ao alvará sanitário colocado como requisito na Deliberação da  
23 Campanha, Carmen Delziovo solicita que os hospitais apresentem um plano  
24 de adequação à Vigilância Sanitária. O Cosems solicita que a exigência do  
25 alvará sanitário seja retirada da proposta de Deliberação. Não houve um  
26 consenso na mesa. A SES reitera que, pelo menos, apresente um plano de  
27 adequação na próxima campanha. Raquel Bittencourt, Superintendente de  
28 Vigilância em Saúde da SES, chama atenção para o alvará sanitário, que o  
29 mesmo representa a segurança do paciente. A existência do hospital é  
30 complexa e exige condições sanitárias. A Vigilância Sanitária já apontou essas  
31 fragilidades e, portanto, Raquel ressalta que está sendo exigido o alvará ou um  
32 plano de adequação. Helton de Souza Zeferino, Coordenador da CIB/SES,  
33 lembra do risco em trabalhar sem alvará sanitário e da responsabilidade do  
34 gestor. Isso ocorre em presunção de culpa. O Coordenador da CIB/SES  
35 também ressalta que esse também é o caminho do Estado e que é difícil fazer  
36 'vista grossa' nesses casos. Que já está sendo exigido de todos os hospitais  
37 próprios que se adequem às condições sanitárias. Sidnei Bellé, Coordenador  
38 da CIB/Cosems, chama atenção para preferência dos hospitais parceiros do  
39 SUS, na Campanha. Lembra que muitos hospitais não colaboram com as  
40 campanhas ou com o cumprimento da garantia do acesso ao SUS. Sidnei  
41 Bellé cita também, a importância do recurso que o Estado está colocando na  
42 Campanha como contrapartida (o valor de R\$ 2.500.000,00/mês). O Secretário  
43 de Estado da Saúde e Coordenador da CIB/SES, Helton de Souza Zeferino,  
44 ressalta que se cobre um plano de adequação, não exigindo o alvará sanitário  
45 de imediato. Kamille Sartori, Secretária Municipal de Saúde de Capinzal, refere  
46 a dificuldade dos hospitais pequenos em se adequarem ao alvará sanitário.  
47 Idione Fantinel, Secretária Municipal de Fraiburgo questiona o prazo para o  
48 cumprimento do alvará. Diogo Copetti, Secretário Municipal de Saúde de  
49 Maracajá, questiona também, sobre o prazo de adequação das condições  
50 sanitárias. Raquel Bittencourt refere que o ambiente físico não tem um olhar  
51 importante da gestão, ficando o ambiente de trabalho tratado de forma  
52 secundária.

53 **ENCAMINHAMENTOS:** Para a próxima Campanha, os hospitais devem estar  
54 contratualizados e sinalizando que deram início ao processo de adequação  
55 para o alvará sanitário.

56

57 **E) RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 066/2018 (FLUXO DA REGULAÇÃO**  
58 **DAS CIRURGIAS ELETIVAS).**

59 A CIB **RETIFICOU** os anexos da Deliberação 066/CIB/2018 e incluiu o fluxo de  
60 Hospital – Dia nesta Deliberação. Cláudia Gonsalves, Diretora de Controle e  
61 Avaliação da SES, refere que o paciente já chega regulado da consulta



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

62 ambulatorial. O próprio hospital insere a AIH para o regulador autorizar o  
63 procedimento a ser realizado pelo hospital, sem necessidade de centro  
64 cirúrgico. Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, esclarece  
65 que esse fluxo reduzirá o trabalho do paciente, que antes teria que voltar ao  
66 município para autorizar o procedimento a ser realizado no hospital. Com esse  
67 fluxo de 'Hospital – Dia', o paciente realiza o procedimento, sem internação,  
68 mas com AIH. Diogo Copetti, Secretário Municipal de Saúde de Maracajá,  
69 questiona a agenda de retorno dos hospitais próprios da SES. Ressalta que o  
70 hospital próprio da SES cumpra com a agenda interna elaborada pelo próprio  
71 hospital. Daniel Yared Forte, Superintendente dos Hospitais Públicos da SES,  
72 questiona se há alguma reclamação específica sobre a agenda interna de  
73 retorno. O Secretário de Estado da Saúde e Coordenador da CIB/SES, Helton  
74 de Souza Zeferino, solicita aos municípios que encaminhem essas demandas  
75 sobre as agendas dos hospitais próprios da SES às Câmaras Técnicas. Idione  
76 Fantinel, Secretária Municipal de Fraiburgo, coloca que o paciente está na fila  
77 e, de repente, vai para o fim da fila. O Secretário de Estado da Saúde Helton  
78 Zeferino esclarece que os ajustes estão sendo realizados na regulação.

79

80 **F) RETIFICAÇÃO: ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA DELIBERAÇÃO 142/2016 –**  
81 **TELECONSULTORIA EM MUNICÍPIO QUE POSSUI O ESPECIALISTA NA REDE PÚBLICA OU**  
82 **REDE COMPLEMENTAR NÃO SER OBRIGATÓRIA.**

83 A CIB **RETIFICOU** o texto do § 1º do Art. 1º da Deliberação 142/CIB/2016,  
84 conforme descrição a seguir: “§ 1º *Excetuam-se desta condição compulsória,*  
85 *os Municípios que previamente à Teleconsultoria, encaminham as solicitações*  
86 *para avaliação na mesma especialidade da rede pública ou complementar do*  
87 *SUS. Neste caso, as Centrais de Regulação Municipais deverão enviar*  
88 *trimestralmente atualização cadastral de seus especialistas à Central Estadual*  
89 *de Regulação Ambulatorial - CERA.” Ramon Tartari, Superintendente de*  
90 *Regulação da SES, lembra que há municípios que possuem o especialista e,*  
91 *às vezes, é o especialista o demandante da teleconsultoria. Nesses casos não*  
92 *é obrigatório encaminhar para a teleconsultoria ou nos casos em que o*  
93 *município possui o especialista na rede.*

94

95 **B) PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS E REMANEJAMENTOS**

96 A CIB **APROVOU** as alterações de fluxos solicitadas pelos gestores  
97 municipais e o remanejamento do Município de Florianópolis para a Gestão  
98 Estadual. Grace Ella Berenhauer, Gerente de Controle e Avaliação da SES,  
99 esclarece sobre a devolução do recurso do Hospital de Caridade para a SES.  
100 Cita que a SES havia repassado esse recurso para atendimentos em  
101 oncologia no Hospital de Caridade, mas, o hospital não efetivou os  
102 atendimentos.

103

104 **C) TRANSPLANTES: PLANO DE METAS QUALITATIVAS E**  
105 **QUANTITATIVAS 2019-2020**

106 A CIB **APROVOU** as novas metas quantitativas e qualitativas estabelecidas  
107 para as OPO do Estado de Santa Catarina no Biênio 2019-2020 conforme  
108 detalhamento nesta Deliberação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

109

110 **D) INDICADORES INTERFEDERATIVOS: PACTUAR ATÉ 31 DE MARÇO DE**  
111 **2019**

112 A CIB **APROVOU** as orientações para o processo de pactuação municipal,  
113 regional e estadual dos Indicadores da Pactuação Interfederativa (SISPACTO)  
114 para o ano de 2019, conforme indicadores em anexo a esta Deliberação. O  
115 processo de pactuação interfederativa das metas e ações dos indicadores do  
116 para o ano de 2019 ocorrerá de forma ascendente, partindo do nível local até  
117 o estadual, conforme o fluxo descrito a seguir: Pactuação municipal e regional:  
118 a) Os municípios se reunirão na Comissão Intergestores Regional (CIR) para  
119 discutir e pactuar as metas municipais e regionais (por Região de Saúde),  
120 para o ano de 2019, bem como as respectivas ações para o alcance das  
121 metas. Ações essas que deverão constar na Programação Anual de Saúde –  
122 PAS de cada município; b) A pactuação municipal deverá ser submetida ao  
123 respectivo Conselho Municipal de Saúde para aprovação; c) A pactuação  
124 regional deverá ser aprovada pela Comissão Intergestores Regional (CIR); d)  
125 As pactuações municipais e regionais de 2019 deverão ser encerradas  
126 impreterivelmente até o dia 30 de março de 2019. e) O registro das metas  
127 municipais e de cada Região de Saúde deverá ser realizado em planilha excel  
128 padronizada pela Secretaria de Estado da Saúde, que será disponibilizada  
129 online na página oficial deste órgão estadual e também enviada por e-mail às  
130 Regionais de Saúde. O registro das ações municipais para o alcance das  
131 metas pactuadas deverá constar na Programação Anual de Saúde – PAS de  
132 cada município. Pactuação estadual: a) A pactuação estadual terá como base  
133 as pactuações dos municípios e das Regiões de Saúde e será discutida na  
134 Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Saúde  
135 (CES); b) A pactuação estadual deverá ser encerrada, com apreciação do  
136 Conselho Estadual de Saúde (CES), até 30 de abril de 2019. c) Após a  
137 apreciação do CES a pactuação estadual deverá ser registrada no sistema de  
138 informação que será disponibilizado pelo Ministério da Saúde, DigiSUS Gestor  
139 - Módulo Planejamento.

140

141 **G) HABILITAÇÃO COMO UNIDADE DE ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM**  
142 **TRAUMATO ORTOPEDIA, NO HOSPITAL E MATERNIDADE OASE DE TIMBÓ**

143 A CIB **APROVOU** o credenciamento/habilitação como Unidade de Assistência  
144 de Alta Complexidade em Traumato Ortopedia, nos Serviços de  
145 Traumatologia e Ortopedia Pediátrica (até 21 anos de idade) 155/002 e  
146 Serviço de Traumatologia e Ortopedia de Urgência 155/003, no Hospital e  
147 Maternidade Oase de Timbó.

148

149 **H) HABILITAÇÃO DO HOSPITAL SANTO ANTONIO DE BLUMENAU, COMO UNIDADE DE**  
150 **ASSISTÊNCIA DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA – UNACON COM**  
151 **RADIOTERAPIA, HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA PEDIÁTRICA**

152 A CIB **APROVOU** o cadastramento/habilitação como Unidade de assistência  
153 de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON com Radioterapia,  
154 Hematologia e Oncologia Pediátrica do Hospital Santo Antonio, localizado no  
155 Município de Blumenau.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

156

157 **I) HABILITAÇÃO DO HOSPITAL DRA. IZOLDE DALMORA DE LINDÓIA DO SUL COMO**  
158 **UNIDADE DE CUIDADOS PROLONGADOS**

159 A CIB **APROVOU** o cadastramento/habilitação de 15 leitos da Unidade de  
160 Cuidados Prolongados para o Hospital Dra Izolde Dalmora, localizado no  
161 município de Lindóia do Sul/SC. Sidnei Bellé, Coordenador da CIB/Cosems,  
162 refere que o Cosems é favorável às habilitações de serviços, desde que  
163 cumpram os critérios técnicos. Que sempre é muito bom mais portas para o  
164 usuário.

165

166 **J) CÂMARAS TÉCNICAS VINCULADAS À CIB**

167 A CIB **APROVOU** a junção das Câmaras Técnicas de Gestão, Gestão  
168 Hospitalar e Saúde Mental em uma única Câmara Técnica nominada Câmara  
169 Técnica de Gestão, vinculada à CIB. Ficam revogadas as Deliberações nº  
170 149/CIB/2017 e a 091CIB/2017 a 074/CIB/2006. Essa junção foi consensuada  
171 entre SES e Cosems, até em função da participação dos mesmos técnicos  
172 nas três Câmaras Técnicas.

173

174 **K) READEQUAÇÃO DA UPA DE CONCÓRDIA**

175 A CIB **APROVOU** a readequação da UPA de Concórdia, alterando a  
176 utilização do imóvel como tipo de estabelecimento de saúde diferente do  
177 originalmente acordado, pactuada na Comissão Intergestores Bipartite e no  
178 Conselho Municipal de Saúde.

179

180 **L) RATIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO FEDERAL**

181 A CIB **RATIFICOU** a solicitação de financiamento federal do Município de  
182 Xanxerê.

183

184 **M) INCENTIVOS DE ATENÇÃO BÁSICA**

185 A CIB **HOMOLOGOU** as solicitações de incentivos de atenção básica para os  
186 Municípios de Balneário Barra do Sul, Pescaria Brava e Blumenau.

187

188 **HOMOLOGAÇÃO**

189 A CIB homologou as deliberações ad referendum: 308/2018: UPA DE  
190 CAÇADOR. Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h do Município  
191 CAÇADOR/SC, de Porte I e o respectivo custeio financeiro, com capacidade  
192 operacional de funcionamento, opção III, conforme dispostos da Portaria de  
193 Consolidação MS/GM 06 e 03 de 28 de setembro de 2017; 309/2018:  
194 Solicitação de recurso federal proveniente de Emenda Parlamentar (Dep.  
195 Mauro Mariani) no valor de R\$ 200.000,00 a ser repassado ao Fundo  
196 Municipal de Rio Negrinho para ser repassado à Fundação Hospitalar de Rio  
197 Negrinho; 310/2018: Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h do Município  
198 VIDEIRA/SC, de Porte I e o respectivo custeio financeiro, conforme dispostos  
199 da Portaria de Consolidação MS/GM 06 e 03 de 28 de setembro de 2017;  
200 311/2018: 311/2018: Solicitação de recurso federal proveniente de Emenda  
201 Parlamentar para o Município de BALNEÁRIO GAIVOTA, para incremento do  
202 PAB, no valor de R\$ 450.000,00. Propostas 36000200077/2018-00; Processo





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

203 25000187898/2018-80. Emenda 71260002; 312/2018: Solicitação de recurso  
204 federal proveniente de Emenda Impositiva para custeio, equipamentos  
205 hospitalares e infraestrutura hospitalar no valor de R\$ 2.046.420,00 para o  
206 Fundo Municipal de Saúde de CANOINHAS; 313/2018: solicitação de recurso  
207 federal para o Município de Joinville, no valor de R\$ 40.500,00 para aquisição  
208 de mesas ginecológicas elétricas para as Unidades Básicas de Saúde da  
209 Família Boehmerwaldt I e Aventureiro I. Proposta 08184821000/1180-08. A  
210 solicitação de recurso federal proveniente de Emenda Parlamentar, para o  
211 Município de Joinville, no valor de R\$ 244.800,00 destinados a construção de  
212 Unidade Básica de Saúde Bakitas. Proposta 081848210001/160-02. A  
213 solicitação de recurso federal proveniente de Emenda Parlamentar, para o  
214 Município de Joinville, no valor de R\$ 307.200,00 destinados a construção da  
215 Unidade Básica de Saúde Boehmerwaldt II. Proposta 081848210001/160-03;  
216 314/2018: CEOs. Saúde Bucal. Pactuação dos Centros de Especialidades  
217 Odontológicas de Ituporanga, Caçador, Joinville (Univille), Tubarão e  
218 Xanxerê; 315/2018: OBESIDADE GRAVE DE JOINVILLE. A  
219 habilitação/cadastramento como Unidade de Assistência de Alta  
220 Complexidade ao Paciente portador de Obesidade Grave para o Hospital  
221 Regional Hans Dieter Schimdt localizado no município de Joinville/SC;  
222 316/2018: CIRURGIA VASCULAR EM MAFRA. A habilitação/cadastramento  
223 no Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Cirurgia  
224 Vascular, Procedimentos Endovasculares Extracardíacos e Procedimentos de  
225 Laboratório de Eletrofisiologia para o Hospital São Vicente de Paulo,  
226 localizado no Município de Mafra/SC; 317/2018: A habilitação/cadastramento  
227 do serviço como Hospital Dia, Clínicos, Cirúrgico, Diagnósticos e Terapêuticos  
228 do Hospital Universitário FURB, CNES 2521822, localizado no Município de  
229 Blumenau; 318/2018. O cadastramento/habilitação como Unidade de  
230 assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON do Hospital  
231 Regional Terezinha Gaio Basso, localizado no Município de São Miguel do  
232 Oeste; 319/2018: A habilitação/cadastramento como Serviço de Assistência  
233 de Alta Complexidade em Oncologia Pediátrica do Hospital São José,  
234 localizado no Município de Criciúma; 320/2018: O cadastramento/habilitação  
235 como Unidade de assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON  
236 do Centro de Pesquisas Oncológicas, localizado no Município de  
237 Florianópolis; 321/2018: O Cadastramento/habilitação como Unidade de  
238 Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral  
239 para o Hospital Universitário Santa Terezinha, localizado no município de  
240 Joaçaba; 322/2018: LEITOS DE RETAGUARDA CLÍNICOS EM JACINTO  
241 MACHADO. A habilitação/qualificação de 10 leitos de Retaguarda Clínica  
242 para o Hospital São Roque, localizado no município de Jacinto Machado/SC.  
243 A habilitação/cadastramento de 05 leitos novos e 05 leitos existentes de  
244 Retaguarda Clínica; 323/2018: SAÚDE AUDITIVA EM CRICIÚMA. A  
245 habilitação/cadastramento como Serviço de Atenção a Saúde Auditiva na  
246 Média e Alta Complexidade para a Otocenter Clínica de Otorrinolaringologia,  
247 localizado no município de Criciúma/SC; 324/2018: PPI; 324/2018: UNIDADE  
248 MÓVEL DE ITAJAÍ PARA ZOONOSES; 325/2018: NUTRISUS. Desligamento  
249 de municípios do NutriSUS; 326/2018: PACTUAÇÃO INTERESTADUAL.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

250 Cirurgia cardíaca entre SC e Paraná; 327/2018: INCENTIVO DE ATENÇÃO  
251 BÁSICA DE Blumenau; INCENTIVO DE ATENÇÃO BÁSICA de Ireneópolis;  
252 328/2018: LINHA DE CUIDADO À PESSOA COM DIABETES MELLITUS;  
253 329/2018: LINHA DE CUIDADO DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO  
254 DE VIOLÊNCIA SEXUAL. Ordem de Serviço 002/2018 de 29 de outubro de  
255 2018, referente à ampliação da Unidade Básica de Saúde Centro, localizada  
256 na Rua Olimpio Dal Magro, 587, Centro, Município de ANCHIETA. Proposta  
257 112435520001/16-005. Recurso de Emenda Parlamentar; 001/CIB/2019 –  
258 Plano da Visa Municipal de Palhoça ano 2017- 2019; 002/CIB/2019 – PPI.  
259 Alterações de fluxos, solicitados pelos gestores municipais e remanejamento  
260 de recurso da gestão municipal de Criciúma para a gestão estadual;  
261 003/CIB/2019 – Documento de ordem de serviço de Itapema; 004/CIB/2019 –  
262 Alteração do Plano de Trabalho do Hospital Governador Celso Ramos.  
263 Recurso federal. Troca de uma autoclave; 005/CB/2019 – Incentivo de  
264 Atenção Básica de Itapiranga; 006/CIB/2019 – Documento de conclusão de  
265 obra do Município de Criciúma; 007/CIB/2019 – Documento de conclusão de  
266 obra do Município de Papanduva; 008/CIB/2019 – Alteração da mudança de  
267 construção do Município de Içara; 009/CIB/2019 – Incentivo de Atenção  
268 Básica de Garuva; 010/CIB/2019 – Projeto de Capacitação em Valores  
269 Humanos dentro da UBS Esperança do Município de Laguna/SC. O Projeto  
270 será aplicado na Secretaria Municipal de Saúde de Laguna. Recurso do  
271 Ministério da Saúde (Inovasus); 011/CIB/2019 – Documento de conclusão de  
272 obra de Bombinhas; 012/CIB/2019 – Incentivo de Atenção Básica de  
273 Blumenau; 013/CIB/2019 – Documento de conclusão de obra de Chapecó;  
274 014/CIB/2019 – Solicitação de recurso federal para construção da Academia  
275 da Saúde de Urussanga; 015/2019 – Academia da Saúde de Monte Castelo;  
276 016/CIB/2019 – Academia de Saúde de Três Barras; 017/CIB/2019 –  
277 Academia da Saúde de Joinville.

278

279 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

280 – Esse item passou para Deliberação.

281

282 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

283 – OfícioPres. Nº 007/2019, Xanxerê, de 15 de fevereiro de 2019, sendo  
284 remetente o Presidente da AMAI, Prefeita Elieze Camacho de São Domingos  
285 e o representante da Câmara de Saúde, Prefeito Alceu Wrubel de Ponte  
286 Serrada, com manifestação desfavorável à decisão de fusão de Regionais de  
287 Saúde.

288

289 **INFORMES**

290 **A) RELATÓRIO DE AUDITORIA**

291 A Gerência de Auditoria encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês  
292 de dezembro de 2018 e janeiro de 2019, em andamento ou concluídas em  
293 seus municípios.

294

295 **B) MOBILIZAÇÃO DE COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI E FEBRE AMARELA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

296 O Secretário de Estado da Saúde e Coordenador da CIB/SES, Helton de  
297 Souza Zeferino, chama atenção para a importância do informe sobre dengue  
298 e febre amarela em SC. Raquel Bittencourt, Superintendente de Vigilância em  
299 Saúde da SES, com relação ao *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, Zika e  
300 Chikungunya, cita que foram identificados 4.051 focos até 15 de fevereiro de  
301 2019, em SC. A grande preocupação é quanto às ações no controle do vetor  
302 que é o *Aedes aegypti*, que se prolifera em reservatórios com água parada,  
303 desde uma tampinha qualquer. Chama atenção para as Regiões Oeste e  
304 Extremo Oeste, para que reforcem as ações de controle do vetor, em calhas,  
305 caixa d'água. Raquel Bittencourt está contando com os Bombeiros Voluntários  
306 para atingir os locais de difícil acesso. Estão com o termo em fase final. Cita a  
307 importância de utilizar os meios de comunicação como o rádio. Nos prédios  
308 públicos, Raquel Bittencourt recomenda que se fiscalizem as calhas e os  
309 locais de acúmulos de resíduos. Conta com participação ativa da sociedade  
310 para o combate ao mosquito. Com relação à Portaria MS 535/2016 do  
311 repasse de recurso para os agentes de endemias, o quadro na época era  
312 outro, diferente da situação encontrada hoje, em que há municípios  
313 infestados. A SES já solicitou ao Ministério da Saúde a revisão dessa  
314 Portaria. Há um déficit de agentes nos municípios. Ressalva sobre a  
315 distribuição dos 30 veículos aos municípios. Não foram considerados critérios  
316 técnicos e também não, a participação da SES. Quanto à febre amarela,  
317 Raquel informa que no Estado do Paraná, foi encontrado bugio morto,  
318 sinalizando a presença do mosquito da febre amarela na Região Sul. Neste  
319 momento, está havendo uma reunião em Curitiba com a participação dos 03  
320 Estados do Sul. Raquel informa ainda que, aqui em SC, os primatas estão  
321 sendo monitorados e que SC foi declarada área de vacinação contra a febre  
322 amarela e que a campanha deve ser a mais célere possível. Sugere que se  
323 ampliem os horários de atendimentos nas unidades de saúde, prevenindo a  
324 evolução da doença. Lembra que essas informações devem chegar aos  
325 hospitais, ambulatórios, UPAs, unidades básicas de saúde, para que todos  
326 conheçam a sintomatologia. Ramon Tartari cita que a atenção básica foi  
327 colocada em conjunto com a vigilância nessa campanha, com o objetivo de  
328 fortalecer o combate e o controle na disseminação. Ramon Tartari lembra da  
329 alta letalidade da doença e que é necessário uma rede de saúde equipada,  
330 com leitos de UTI, das UPAs, em casos graves. Isso faz com que se  
331 intensifique a vacinação, evitando assim, a disseminação da doença.  
332 Alexandre Fagundes, Secretário Municipal de Saúde de Cunha Porã, informa  
333 que em seu Município realizou uma faxina em conjunto com Corpo de  
334 Bombeiros e DIVE, para conseguir chegar aos locais de difícil acesso, no  
335 combate a dengue. Foi bastante positiva a iniciativa o que reduziu os focos  
336 dos mosquitos, sobretudo, pelo alcance dos locais de difícil acesso. Sugere  
337 que se intensifique a comunicação por meio dos veículos de comunicação de  
338 massa para a vacinação. Helton Zeferino, Coordenador da CIB/SES, propõe  
339 um trabalho conjunto para unir forças no combate à dengue, verificando os  
340 hospitais, caixa d'água e seu entorno. Quanto à febre amarela, Helton  
341 Zeferino, cita que o objetivo da SES é realizar a Campanha de vacinação com  
342 comunicação e divulgação em massa, lembrando que a evolução dessa





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

343 doença é muito rápida. O Coordenador da CIB/SES, Helton Zeferino, lembra  
344 também, que o idoso precisa se vacinar. Ressalta que é necessário alcançar  
345 áreas de mata, área rural, com busca ativa dessas pessoas. Ressalta que  
346 essas pessoas estão muito expostas ao mosquito. Cita por fim, que conta  
347 com os municípios no enfrentamento à dengue e à febre amarela. Sidnei  
348 Bellé, Coordenador da CIB/Cosems, refere que o Município de Caibi é  
349 considerado infestado, mas, tem feito um trabalho rotineiro. Sidnei Bellé  
350 também concorda com a Superintendente de Vigilância que é necessário  
351 revisar os critérios de distribuição dos veículos. Quanto ao controle dos  
352 vetores, Sidnei Bellé cita ainda, que o Município elaborou um Projeto de Lei  
353 para multar imóveis abandonados com a finalidade de fortalecer o controle.

354

355 **C) PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE**

356 Carmen Delziovo, Superintendente de Gestão da SES, informa que os  
357 técnicos da Educação Permanente apresentaram a prestação de contas na  
358 Câmara Técnica de Gestão e que o mesmo foi aplicado com processo  
359 licitatório. Informa ainda, que há recurso excedente para a implementação do  
360 Plano e Oficinas Regionais.

361

362 **D) PLANEJAMENTO REGIONALIZADO E INTEGRADO**

363 Carmen Delziovo, Superintendente de Gestão da SES, informa que no dia 22  
364 de fevereiro de 2019 haverá uma videoconferência com os Gerentes  
365 Regionais de Saúde, Apoiadores do Cosems, sobre planejamento  
366 regionalizado e integrado, VigidiSUS.

367

368 **E) RECURSO MAC PORTARIA MS 838/2018**

369 Grace Ella Berenhauer, Gerente de Controle e Avaliação da SES, cita o  
370 recurso da Portaria MS 838/2018 no valor de R\$ 10.000.000,00, repassado  
371 mensalmente, ao Fundo Estadual de Saúde. Grace informa que, desses R\$  
372 10.000.000,00, foi programado parte para ajuste dos termos de alta  
373 complexidade da oncologia e da cardiologia em 2018. Há uma sobra de R\$  
374 4.000.000,00 para ser programado ainda. Grace Ella Berenhauer lembra que  
375 faltam os ajustes das altas complexidades de neurologia, de ortopedia, da  
376 emergência – porta e também, a atualização da PPI Hospitalar 2018. Sidnei  
377 Bellé, Coordenador da CIB/Cosems solicita que a SES programe o recurso  
378 restante dos R\$ 10.000.000,00 repassados pelo MS, ou seja, R\$  
379 4.000.000,00. Ramon Tartari cita que é necessário revisar os ajustes  
380 realizados nos termos de alta complexidade de oncologia e cardiologia  
381 novamente, pois há uma sobra na oncologia. A partir de julho de 2018, já há  
382 saldo em oncologia, alocados nos municípios. Ramon Tartari sugere que se  
383 traga uma proposta de programação dos R\$ 4.000.000,00 para a próxima  
384 reunião da Câmara Técnica de Gestão. O Coordenador da CIB/Cosems,  
385 Sidnei Bellé, solicita que a SES que apresente uma programação desse  
386 recurso excedente da Portaria MS 838/2018.

387

388 **F) RECURSO OFTALMOLOGIA ALOCADOS NA SES E NOS MUNICÍPIOS**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

389 Grace Ella Berenhauser, com relação ao recurso da oftalmologia, cita que no  
390 ano passado ficou acordado que esse recurso ficaria para as cirurgias de  
391 catarata e ambulatorios, até a conclusão do Plano Estadual de Oftalmologia.  
392 O Cosems (Fábio de Souza) coloca que o recurso descentralizado da  
393 oftalmologia não está sendo utilizado pelos municípios. Helton de Souza  
394 Zeferino, Coordenador da CIB/SES, lembra que a discussão sobre a  
395 programação desse recurso de oftalmologia deve ser realizada na Câmara  
396 Técnica de Gestão. O Coordenador da CIB/Cosems, Sidnei Bellé, cita que os  
397 municípios não conseguem utilizar o recurso da oftalmologia por falta de  
398 prestadores de serviços. Grace Ella Berenhauser refere que faltam definir os  
399 pontos de atenção para finalizar o Plano Estadual da Oftalmologia e assim,  
400 realocar os recursos, lembrando que esse recurso está alocado, parte no  
401 Fundo Estadual e parte, nos municípios, num valor aproximado de R\$  
402 1.800.000,00 na sua totalidade. É necessário que as CIRs definam quem  
403 serão os pontos de atenção para o Plano de Oftalmologia. Ramon Tartari,  
404 Superintendente de Regulação da SES, concorda com o Coordenador da  
405 CIB/SES, de que a discussão seja na Câmara Técnica de Gestão.

406

407 **G) ENCONTRO DE CONTAS DAS CIRURGIAS ELETIVAS (SETEMBRO A DEZEMBRO DE**  
408 **2018)**

409 Este item será discutido na próxima reunião da Câmara Técnica de Gestão.

410

411 **H) ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA E TRS (JULHO, AGOSTO E SETEMBRO)**

412 Este item será discutido na próxima reunião da Câmara Técnica de Gestão.

413 Na oncologia há uma sobra. Na TRS, há uma falta de set. a Nov/2018.

414

415 **I) TFD: TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO: PRAZO PARA SOLICITAR PASSAGENS**

416 Ramon Tartari, Superintendente de Regulação da SES, cita que a solicitação  
417 de encaminhamento de compras de passagens com 20 dias de antecedência  
418 é um apelo da SES aos municípios. Cita que a compra de passagens em  
419 cima da hora encarece bastante o valor, chegando a 10 vezes o preço  
420 normal. Solicita que as unidades executantes atentem para os requisitos do  
421 Manual do TFD, bem como os municípios. Sidnei Bellé reforça que essa  
422 pauta é do Estado, mas que o município deve ficar atento para que a  
423 solicitação seja encaminhada com antecedência à SES, para que o município  
424 não corra o risco de ter que pagar pelo descumprimento dos prazos com o  
425 Estado. Cita que é importante oficializar o prestador de serviço e o município  
426 sobre as solicitações de passagens. Ramon Tartari ressalta que não está  
427 proibida a compra da passagem, mas é importante otimizar o recurso. Helton  
428 de Souza Zeferino, Coordenador da CIB/SES, reforça o cumprimento do  
429 Manual do TFD, no sentido de que o recurso otimizado possa ser utilizado  
430 para outras ações.

431

432 **J) ALTERAÇÃO DO FLUXO DA OFTALMOLOGIA.**

433 Cláudia Gonsalves, Diretor de Controle e Avaliação da SES, coloca sobre o  
434 fluxo da oftalmologia referente autorização da APAC. Cláudia cita que o  
435 paciente chega ao hospital para consulta de retina ou de catarata. O médico



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

436 solicitante preenche o laudo e o paciente leva à Secretaria Municipal de  
437 Saúde do município. O Município insere no SISREG. Após a autorização pela  
438 regulação no SISREG, o município comunica o paciente. Helton Zeferino,  
439 Secretário de Estado da Saúde e Coordenador da CIB/SES, finaliza, referindo  
440 que possui espírito de trabalhar em conjunto, de uma forma técnica,  
441 conduzindo a saúde da melhor forma, sem bairrismos, como intergestores,  
442 pactuando para que o processo seja conduzido.

443

444 Por fim, Sidnei Bellé enfatiza a importância da reunião prévia do Cosems com  
445 a participação de técnicos da SES com a finalidade de esclarecer os assuntos  
446 polêmicos, pautados para a reunião da CIB. E, espera que as reuniões sejam  
447 amistosas como ocorreu na reunião de hoje. Ana Paula da Silva, Deputada  
448 Estadual de SC, presente como ouvinte na reunião, solicita a palavra e se  
449 coloca a disposição ao Estado e aos municípios, na Assembléia Legislativa de  
450 SC.

451

452 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente  
453 Ata, assinada por mim e pelos Coordenadores.

454

455

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2019